



ATA NRO. 11/2021

Reunião ORDINÁRIA da Câmara Municipal

Realizada no dia 09-06-2021

PRESIDENTE - António Miguel Cabedal Borges

VEREADORES - Pedro Miguel Lobato Duque

- Jorge Manuel Gaspar

- Pedro Manuel dos Santos Rosa

- Carlos Nuno Alves Duarte

Aos nove dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, em sistema de videoconferência, reuniu a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, António Miguel Cabedal Borges, estando igualmente presentes os Senhores Vereadores, Pedro Miguel Lobato Duque, Jorge Manuel Gaspar, Pedro Manuel dos Santos Rosa e Carlos Nuno Alves Duarte. -----

Verificando-se quórum, o Senhor Presidente, declarou aberta a reunião, eram quinze horas, com a seguinte Ordem do Dia, antecipadamente remetida a todos os Senhores Vereadores, nos termos do Artigo 25º do Código do Procedimento Administrativo, tendo sido tomadas as deliberações que se seguem: -----

Período antes da Ordem de Trabalhos:

INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

(Artigo 52º da Lei nº 75/ 2013, de 12 de setembro)

O Senhor Presidente iniciou a reunião dando a palavra ao Senhor Vereador Pedro Rosa, que informou que a Biblioteca Municipal se associou ao projeto "Juntos de Férias" da DGLAB, em parceria com o Plano Nacional da Leitura, para os jovens dos 10 aos 15 anos. – Referiu também, que estão abertas as inscrições dos jovens para o voluntariado Natureza e Florestas, na plataforma do IPDJ, a qual poderá apresentar alguns constrangimentos, mas a Autarquia encontra-se disponível para apoiar nas inscrições. -----

O Senhor Vereador disse ainda que se está a trabalhar no programa de verão para a juventude, o ATL, em parceria com a Associação de Pais, assim como as Férias Desportivas, mencionando ainda o facto de que todas as atividades estarão subordinadas às regras da DGS. -----

Tomou a palavra o Senhor Vereador Pedro Duque questionando qual o ponto da situação das faixas de contenção da responsabilidade dos proprietários, qual o grau de cumprimento e se a Autarquia teve de se substituir aos mesmos. -----

Disse ainda que no alto da serra de Alcaravela, a faixa de contenção, propriedade do ICNF, quando se desce a barragem da Lapa e Rosamana, que se encontra com uma vegetação considerável e que poderá pôr em causa a eficácia daquela faixa, questionando se a

Câmara Municipal tem forma de interceder junto do ICNF para que tenha alguma iniciativa naquela faixa. -----

O Senhor Presidente respondeu que a rede primária é da responsabilidade do ICNF, mas encontra-se no território do concelho, sendo que essa situação foi analisada em reunião da Comissão Municipal de Defesa da Floresta. -----

Referiu ter de haver um atraso na calendarização dos trabalhos, dado que a chuva alagou os terrenos, e, só agora as máquinas podem entrar. Disse que 50% desse trabalho é da responsabilidade do ICNF e os outros 50% são da responsabilidade do município, e, a parte municipal será iniciada agora. -----

No que concerne à responsabilidade dos proprietários, aguarda-se que a GNR indique os autos que foram levantados, os incumprimentos, para que a Câmara Municipal possa fazer o levantamento e perceber a dimensão desse trabalho, e caso seja necessário, será usada a linha de financiamento para que o Município se substitua aos proprietários incumpridores. -----

Tomou a palavra o Senhor Vereador Carlos Duarte referindo que a articulação do Agrupamento de Escolas de Sardoal com o Quadro EQUAVET, Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para a Educação e Formação Profissionais, é um dispositivo de incentivo à melhoria do Ensino e Formação Profissional (EFP) no espaço europeu. -----

Disse que o planeamento e a implementação deste quadro no agrupamento de escolas, refletiu uma visão estratégica partilhada por todas as partes interessadas, as externas, como os empregadores, os encarregados de educação, os parceiros sociais e a autarquia local, que são, incluindo os objetivos, as metas e as ações a desenvolver. -----

É referido que foi realizada uma reflexão organizacional sobre “onde nos situamos” e a definição de “onde desejamos estar” e “quando”, e, que é necessário o recurso a descritores indicativos de apoio à decisão da eficácia das práticas atuais e de identificação de estratégias futuras. -----

Para a obtenção desta garantia de qualidade ainda seria necessário que os objetivos e as metas fossem definidos e monitorizados através da consulta sistemática e sistematizada das partes interessadas, por estes intervenientes serem muito valiosos, já que representam uma visão de “fora para dentro”, que, por ser mais distanciada, se reveste de maior clareza e objetividade. -----

Este aspeto é fundamental por permitir a recolha sistemática das suas sugestões e propostas de melhoria, e uma reflexão que possibilita a sua integração no sistema formativo, e por permitir realizar o planeamento da oferta formativa que o Agrupamento

de Escolas de Sardoal pode apresentar à comunidade escolar em cada ano letivo, aliando as necessidades das entidades empregadoras do concelho e regiões limítrofes aos interesses dos alunos. -----

O Senhor Vereador questiona, quantos momentos de reflexão e partilha de estratégias, sugestões de melhoria a autarquia já realizou com as partes interessadas e o Agrupamento de Escolas, nestes dois últimos anos letivos, incluindo o corrente, e que balanço é feito acerca dos cursos profissionais do secundário, no que diz respeito à empregabilidade dos alunos. Questiona também se já é possível saber quantos cursos profissionais vão abrir este ano letivo e quais. -----

Questionou também, que papel tem a Autarquia de forma a reorientar estratégias e a melhorar, de forma sustentada, a qualidade do serviço prestado pelo Agrupamento de Escolas, mais concretamente, o planeamento presente e futuro, de forma a intensificar a relação do Agrupamento de Escolas com as empresas empregadoras, que papel a autarquia assume ou pretende assumir como ponte entre a escola e as mesmas. -----

O Senhor Presidente referiu existirem dois espaços de reflexão, mas que o Agrupamento de Escolas tem autonomia. -----

Relativamente aos cursos profissionais, existe uma promoção da oferta de cursos a nível regional, no âmbito da região do Médio Tejo. -----

Mencionou o facto de a análise ser feita no Conselho Municipal de Educação, do qual a Câmara Municipal faz parte, tendo assim acesso às propostas e aos documentos dos profissionais de educação, sendo este trabalho, ao nível da educação, feito em estreita articulação. -----

O Senhor Presidente referiu que a autarquia está sempre disponível para apoiar no transporte escolar para os alunos que queiram integrar os cursos profissionais em Sardoal, mencionando outros projetos, nomeadamente a escola nova, que possibilitará novas e melhores condições das que tinha anteriormente. -----

Interveio o Senhor Vereador Pedro Rosa referindo que as propostas de cursos profissionais foram aceites, e dependerão do número de aluno inscritos e que irão abrir os cursos de Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos e Técnico de Desporto. -----

O Senhor Presidente referiu que o município tem sido parceiro nos estágios curriculares dos alunos, seja no âmbito do ensino secundário ou superior, nunca os alunos ficando sem resposta sobre pedidos para estágios curriculares. -----

Disse ainda o Senhor Presidente ter conhecimento de alguns alunos que frequentaram o curso profissional de técnico de saúde, que foram formados em Sardoal e que, neste

momento, estão empregados na área e que alguns até prosseguiram os estudos superiores. -----

A oferta dos cursos profissionais é feita com base na auscultação aos alunos para se perceber qual a intenção dos mesmos. -----

Interveio o Senhor Vereador Carlos Duarte, referindo que a existência de uma escola nova, apesar de importante, não garante que os alunos venham a ter emprego ou acesso a determinados cursos profissionais, e para isso é necessário a auscultação das necessidades existentes. -----

O Senhor Presidente referiu que o critério da escola é perceber as necessidades e vontades dos alunos e, só depois, intervém a Autarquia, havendo um trabalho feito pelo Gabinete de Psicologia e Orientação, com tentativa de dar resposta às intenções dos alunos. -----

Referiu ainda que a Câmara Municipal já fez várias tentativas com empresários e com o IPDJ, para perceber as vontades e carências que existem, para que se possa melhor articular com outras entidades, para se dar formação nessas áreas, como foi o caso da metalomecânica e da jardinagem, mas que, não houve interessados suficientes para se abrir uma turma. Também decorreu o curso de técnico de Proteção Civil, que não vai reabrir, contudo, houve depois concurso municipal nessa área e ficaram lugares por preencher por falta de adesão. -----

Referiu o Senhor Vereador Pedro Rosa que o trabalho de articulação é feito a nível intermunicipal, a escola até pode ter intenção de abrir um curso, mas se a relevância for baixa a nível da Comunidade Intermunicipal, não será fácil tê-lo. -----

Disse ainda que este ano o Sardoal ficou bem posicionado, até porque o curso de técnico de Desporto é o único aberto nos concelhos vizinhos. -----

Disse também ter sido construído quadro de preferências com cursos com potencial de empregabilidade, tendo sido auscultadas empresas da região para perceber a carência profissional. -----

O Senhor Presidente referiu que para si, se calhar terá de se caminhar para outro modelo, criando condições para que os alunos possam frequentar cursos noutros concelhos, que não hajam no Sardoal e vice-versa, há que encontrar sinergias e gostaria de ver debatido o modelo daquilo que são os caminhos que se pretende para os cursos profissionais. -----

ORDEM DE TRABALHOS

1. Ata da Reunião anterior;
2. Diário da Tesouraria;
3. Aditamento – Apreciação das Cláusulas Contratuais - Contrato de Empréstimo Médio Longo Prazo, no valor de 627.241,67€ - Requalificação Externato Santa Isabel – Biblioteca;
4. Campanha da Cal 2021;
5. Cedência do Centro de Férias do Codes;

ORDEM DE TRABALHOS

1. ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

Após confirmação de que todos os membros da Câmara tinham tomado conhecimento do conteúdo das atas das reuniões anteriores, oportunamente distribuídas, foi dispensada a leitura, nos termos do artigo quarto do Decreto - Lei número quarenta e cinco mil, trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de novembro de mil novecentos e sessenta e três, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade. -----

2. DIÁRIO DA TESOURARIA;

Foi presente o diário da tesouraria respeitante ao dia 01 de junho de 2021, cujos valores são os seguintes: -----

a) Dotações Orçamentais	650 679,83 €
b) Dotações não Orçamentais	79 421,52€
Total das Disponibilidades	730 101,35€

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3. ADITAMENTO – APRECIAÇÃO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS - CONTRATO DE EMPRÉSTIMO MÉDIO LONGO PRAZO, NO VALOR DE 627.241,67€ - REQUALIFICAÇÃO EXTERNATO SANTA ISABEL – BIBLIOTECA;

Foi presente a informação nro. 2359/2021, relativa ao assunto em título e cujo teor é o seguinte: -----

“*Considerando:*

1. *A proposta apresentada pelo Banco BPI, para a contratualização do empréstimo médio longo prazo no valor de 627.241,67€, conforme proposto na Informação nº 1.243/2021 de 22 março.*
2. *Que o Tribunal de Contas, com intuito de completar o respetivo estudo do processo em causa, vem no seu ofício com refª DECOP- 19524/2021 de 25 de maio de 2021, solicitar alguns esclarecimentos.*
3. *Que após análise do anexo ao referido ofício, foi solicitado esclarecimentos ao Banco BPI, nomeadamente o solicitado no ponto 6.*
4. *A resposta do Banco BPI, conforme e-mail em anexo, que, além das justificações apresentadas, propõe que se faça um aditamento ao contrato, conforme minuta em anexo.*
5. *Que apesar de ser competência do Presidente de Câmara outorgar contratos em representação do município, nos termos da alínea f), nº 2 do artigo 33º da Lei nº 75/2013 de 12 setembro, mas nos termos da alínea f) do nº 1 do artigo 19º da Resolução nº 14/2011 de 16 agosto do Tribunal de contas é solicitado a deliberação do órgão executivo relativo à aprovação das cláusulas contratuais;*

Deste modo, venho por este meio, PROPOR a V. Exa. a submissão do mesmo, a reunião de Câmara, para que a mesma possa deliberar sobre a proposta que agora se anexa." -----

O Senhor Presidente prestou esclarecimentos acerca do assunto, referindo que o que está em causa é a aprovação do aditamento às cláusulas contratuais, são questões técnicas, trata-se de esclarecimento para a adenda, sendo que existe um conjunto de pontos de pedido de esclarecimento que devem estar contidos no processo no Tribunal de Contas, para que se entenda que se fala numa eventual mora referente a este empréstimo e não a outros empréstimos que o município possa ter com a mesma entidade bancária. -----

Tomou a palavra o Senhor Vereador Pedro Duque referindo discordar das palavras do Senhor Presidente, e que alínea à qual terão de se pronunciar é uma das doze questões que o Tribunal de Contas coloca, esta é uma delas, mas há outras, que não vê respondidas e, na sua opinião, isto não vai ficar por aqui e, como tal, também não tem condições objetivas, persistindo algumas dúvidas a questões que têm alguma profundidade e gostaria de ter outra segurança para se pronunciar sobre o assunto. -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que o que deve ser analisado é a proposta na adenda sobre a qual a Câmara Municipal tem de se pronunciar sobre a mesma, só, e, todas as outras questões são competência do Presidente da Câmara. Inclusive enviou toda a documentação do processo aos vereadores. -----

Interveio o Senhor Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, completando e confirmando as palavras do Senhor Presidente, referindo que a questão da ilegalidade deve-se ao facto de o Tribunal de Contas não reconhecer a cláusula inicialmente proposta e, nas restantes questões, serão os serviços juntamente com o Presidente da Câmara a responder. -----

O Senhor Vereador Pedro Duque apresentou uma declaração de voto, cujo teor é o seguinte: -----

“Abstenho-me porque tendo conhecimento das questões que são postas pelo Tribunal de Contas, não vejo respostas concretas às mesmas, na adenda elaborada pelo banco e que agora é posta a discussão” -----

A Câmara Municipal deliberou por maioria, com três votos a favor (PSD) e duas abstenções (PS), aprovar as cláusulas contratuais. -----

4. CAMPANHA DA CAL 2021;

Foi presente a informação nro. 2332/ 2021, relativa ao assunto supra mencionado e cujo teor é o seguinte: -----

“Há já alguns anos, vem sendo hábito desta Câmara Municipal realizar a Campanha da Cal, nos meses de Julho, Agosto e Setembro.

Com esta iniciativa pretende-se incentivar os munícipes para a limpeza e embelezamento das suas habitações e muros confinantes com o espaço público.

Nesta campanha, habitualmente, são distribuídos no máximo 10kgs de cal por edifício e/ou muro, não ficando excluída a possibilidade de ser fornecida quantidade superior em casos devidamente justificados.” -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a Campanha da Cal. -----

5. CEDÊNCIA DO CENTRO DE FÉRIAS DO CODES;

Foi presente um pedido de cedência do Centro de Férias do Codes, à semelhança de anos anteriores, pelo grupo de voluntários, Pyetra, para dinamizar Férias de Campo para as crianças/jovens acolhidas em algumas Instituições, de 22 a 29 de agosto, ficando as crianças acampadas. -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir o pedido de cedência das instalações. -----

Encerramento

E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Câmara deu por encerrada a reunião eram dezasseis horas e vinte minutos, do que para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente ata, que depois de considerada em conformidade, vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Anabela Graça, Técnica Superior de Secretariado, da Secção de Expediente, Arquivo Geral e Reprografia, que a redigi, subscrevi e assino, sendo aprovadas em minuta, as deliberações tomadas, referentes aos pontos da ordem de trabalhos. -----

